

País inicia conversão antes de ir ao FMI

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, disse aos representantes dos bancos credores, em Nova York, que o governo brasileiro pretende iniciar conversações com vistas a um acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no próximo mês de agosto. Até lá, o País quer ter um acordo de reescalamento de médio prazo da dívida aos bancos já negociado. Embora já admitam e defendam abertamente a necessidade da ida do País ao FMI, os integrantes da área econômica do governo têm evitado definir, publicamente, quando isso acontecerá.

Segundo uma fonte oficial brasileira, os governos Sarney e Reagan retomaram, na última segunda-feira, os intensos contatos que vinham mantendo desde a semana anterior na tentativa de encontrar uma solução para o problema da retomada de pagamento dos juros da dívida aos bancos, vencidos desde 1º de janeiro último. Aos bancos, Milliet disse que o Brasil está disposto a pagar um terço, desde que os eles entrem com os dois terços restantes. Os credores têm, em geral, descartado a pos-

sibilidade de participar em um novo empréstimo-ponte para o Brasil.

A fonte brasileira disse que as negociações com Washington poderão frutificar ainda nesta semana. Negou, porém, que esteja em discussão qualquer participação do Tesouro dos EUA num esquema de empréstimo-ponte para o Brasil. E curioso, no entanto, que as fontes oficiais insistam em que a retomada do pagamento dos juros dependa exclusivamente de um acordo com os bancos, ao mesmo tempo em que admitem que o governo está buscando uma solução para o problema diretamente com o governo de Washington.

PRAZO

As coisas podem ficar mais difíceis se Brasília e Washington não se entenderem rapidamente. Amanhã, dia 29, esgota-se o prazo de validade do entendimento preliminar que o Brasil fez com os bancos em outubro passado. O entendimento, que define os contornos e o cronograma do atual esforço, só poderá ser renovado com a anuência de bancos que detêm, em conjunto, mais de 50%.

Um banqueiro norte-americano disse a este jornal que, sendo os bancos

Otimismo com a conversão

por Thais Bastos
de Brasília

Os presidentes das câmaras de comércio internacional do Brasil, reunidos ontem no seminário "Investimentos para a retomada da expansão econômica", mostraram-se animados com o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, de que o Conselho Monetário Nacional (CMN) analisaria a extinção da obrigatoriedade de subscrições de bônus na conversão da dívida externa em capital de risco, medida aprovada horas mais tarde.

Para Toshiro Kobayashi, vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil, "o interesse de empresas japonesas será muito aumentado com o fim da exigência dos bônus", podendo até, segundo disse, haver dinheiro novo para o Brasil, além dos projetos de modernização do parque industrial, onde os japoneses têm

dos EUA os únicos que, na realidade, terão de arcar com as consequências — preço de uma eventual reclassificação de seus ativos brasileiros por Washington, através de uma alocação específica de reservas

maior interesse de participar. Atualmente, o comércio bilateral entre os dois países apresenta um saldo para o lado do Brasil da ordem de US\$ 1 bilhão, sendo que as exportações brasileiras não superam os US\$ 2 bilhões.

Rolf Lochner, presidente da Câmara Brasil/Alemanha, e presidente da Bayer do Brasil, comentou que o governo brasileiro não deveria impor condições na conversão da dívida em investimentos. Segundo ele, há ainda um interesse restrito da comunidade empresarial alemã no assunto.

Aplaudindo as intenções anunciadas por Mailson da Nóbrega de retirada gradual da intervenção do Estado na Economia, o presidente da Câmara Americana de Comércio Exterior no Brasil, Christopher Lund, afirmou que "uma política 'feijão com arroz' traz muito mais segurança do que grandes e mirabolantes idéias já tentadas no Brasil".

—, eles têm-se mostrado mais interessados em continuar as negociações do que os credores europeus e japoneses. Os bancos dos EUA detêm apenas 30% do risco brasileiro.

Os representantes dos

bancos japoneses disseram ao comitê, na semana passada, que em sua opinião o Brasil está negociando "de má-fé". Nenhum grande banco ameaçou, porém, abandonar a mesa de negociação. Resumindo uma opinião amplamente compartilhada entre os credores, um executivo do comitê disse a este jornal que os bancos querem, agora, ver, concessões reais, por parte de Brasília ou de Washington.

No que toca às questões de substância, as conversas entre os representantes do governo brasileiro e dos bancos credores internacionais, reiniciadas na segunda-feira passada, em Nova York, parecem ter-se transformado num diálogo de surdos quanto ao item mais crucial das negociações. Os dois lados partem de premissas marcadamente diferentes para calcular as necessidades de dinheiro novo do País.

EMPRESTIMO

De acordo com fontes financeiras, o governo brasileiro vem insistindo em que os bancos façam um empréstimo entre US\$ 10 bilhões e US\$ 11 bilhões, suficiente para o refinanciamento de 60% de juros. Esses números, que são praticamente os mesmos que o ex-negociador da dívida, Fernão Bracher, apresen-

tou aos bancos, em dezembro (US\$ 3,4 bilhões para 1987, US\$ 3,7 bilhões para 1988 e US\$ 4,4 bilhões para 1989), baseiam-se em projeções de crescimento econômico da ordem de 5%, preços do petróleo entre US\$ 19 e US\$ 20 por barril e uma "prime-rate" de 9% mais "spreads" (taxas de risco) de 1,750%.

Fontes bancárias afirmaram a este jornal que as projeções que os membros da equipe comandada pelo presidente do BC, Fernando Milliet, apresentaram aos bancos são absurdas, são inconsistentes com a realidade e mesmo com o que porta-vozes da área econômica do governo têm afirmado à imprensa. Empenhados em cortar, ao máximo, o pedido brasileiro, os banqueiros vêm trabalhando, de acordo com esse executivo, com projeções de preço de petróleo na casa dos US\$ 16, juros baseados numa libor de 7% mais "spreads" de 1,125% e um crescimento do PIB brasileiro de 3%, na melhor das hipóteses. A libor é hoje a taxa de juro de referência para a maior parte da dívida brasileira de médio e longo prazo. Menos de 15% do total aproximado de US\$ 70 bilhões da dívida aos bancos internacionais têm juros regidos pela "prime-rate" americana.